



Lucas Rodrigues Oliveira
org.

educação
DILEMAS CONTEMPORÂNEOS
Volume XII



Pantanal Editora

2022



Lucas Rodrigues Oliveira
Organizador

Educação: dilemas contemporâneos
Volume XII



Pantanal Editora

2022

Copyright© Pantanal Editora

Editor Chefe: Prof. Dr. Alan Mario Zuffo

Editores Executivos: Prof. Dr. Jorge González Aguilera e Prof. Dr. Bruno Rodrigues de Oliveira

Diagramação: A editora. **Diagramação e Arte:** A editora. **Imagens de capa e contracapa:** Canva.com. **Revisão:** O(s) autor(es), organizador(es) e a editora.

Conselho Editorial

Grau acadêmico e Nome

Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
Prof. MSc. Adriana Flávia Neu
Prof. Dra. Allys Ferrer Dubois
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior
Prof. MSc. Aris Verdecia Peña
Prof. Arisleidis Chapman Verdecia
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva
Prof. Dr. Bruno Gomes de Araújo
Prof. Dr. Caio Cesar Enside de Abreu
Prof. Dr. Carlos Nick
Prof. Dr. Claudio Silveira Maia
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos
Prof. Dr. Cristiano Pereira da Silva
Prof. Ma. Dayse Rodrigues dos Santos
Prof. MSc. David Chacon Alvarez
Prof. Dr. Denis Silva Nogueira
Prof. Dra. Denise Silva Nogueira
Prof. Dra. Dennyura Oliveira Galvão
Prof. Dr. Elias Rocha Gonçalves
Prof. Me. Ernane Rosa Martins
Prof. Dr. Fábio Steiner
Prof. Dr. Fabiano dos Santos Souza
Prof. Dr. Gabriel Andres Tafur Gomez
Prof. Dr. Hebert Hernán Soto Gonzáles
Prof. Dr. Hudson do Vale de Oliveira
Prof. MSc. Javier Revilla Armesto
Prof. MSc. João Camilo Sevilla
Prof. Dr. José Luis Soto Gonzales
Prof. Dr. Julio Cezar Uzinski
Prof. MSc. Lucas R. Oliveira
Prof. Dra. Keyla Christina Almeida Portela
Prof. Dr. Leandro Argentel-Martínez
Prof. MSc. Lidiene Jaqueline de Souza Costa Marchesan
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann
Prof. MSc. Marcos Pisarski Júnior
Prof. Dr. Marcos Pereira dos Santos
Prof. Dr. Mario Rodrigo Esparza Mantilla
Prof. MSc. Mary Jose Almeida Pereira
Prof. MSc. Núbia Flávia Oliveira Mendes
Prof. MSc. Nila Luciana Vilhena Madureira
Prof. Dra. Patrícia Maurer
Prof. Dra. Queila Pahim da Silva
Prof. Dr. Rafael Chapman Auty
Prof. Dr. Rafael Felipe Ratke
Prof. Dr. Raphael Reis da Silva
Prof. Dr. Renato Jaqueto Goes
Prof. Dr. Ricardo Alves de Araújo (*In Memoriam*)
Prof. Dra. Sylvana Karla da Silva de Lemos Santos
MSc. Tayronne de Almeida Rodrigues
Prof. Dr. Wéverson Lima Fonseca
Prof. MSc. Wesclen Vilar Nogueira
Prof. Dra. Yilan Fung Boix
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme

Instituição

OAB/PB
Mun. Faxinal Soturno e Tupanciretã
UO (Cuba)
IF SUDESTE MG
Facultad de Medicina (Cuba)
ISCM (Cuba)
UFESSPA
UEA
UNEMAT
UFV
AJES
UFGD
UEMS
IFPA
UNICENTRO
IFMT
UFMG
URCA
ISEPAM-FAETEC
IFG
UEMS
UFF
(Colômbia)
UNAM (Peru)
IFRR
UCG (México)
Mun. Rio de Janeiro
UNMSM (Peru)
UFMT
Mun. de Chap. do Sul
IFPR
Tec-NM (México)
Consultório em Santa Maria
UFJF
UEG
FAQ
UNAM (Peru)
SEDUC/PA
IFB
IFPA
UNIPAMPA
IFB
UO (Cuba)
UFMS
UFPI
UFG
UEMA
IFB
UFPI
FURG
UO (Cuba)
UFT

Conselho Técnico Científico

- Esp. Joacir Mário Zuffo Júnior
- Esp. Maurício Amormino Júnior
- Lda. Rosalina Eufrausino Lustosa Zuffo

Ficha Catalográfica

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
E24	Educação [livro eletrônico]: dilemas contemporâneos: volume XII / Organizador Lucas Rodrigues Oliveira. – Nova Xavantina, MT: Pantanal, 2022. 148p. : il.
	Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web ISBN 978-65-81460-40-2 DOI https://doi.org/10.46420/9786581460402
	1. Educação. 2. Aprendizagem. 3. Gestão escolar. I. Oliveira, Lucas Rodrigues.
	CDD 370.1
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	



Nossos e-books são de acesso público e gratuito e seu download e compartilhamento são permitidos, mas solicitamos que sejam dados os devidos créditos à Pantanal Editora e também aos organizadores e autores. Entretanto, não é permitida a utilização dos e-books para fins comerciais, exceto com autorização expressa dos autores com a concordância da Pantanal Editora.

Pantanal Editora

Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000.
Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil.
Telefone (66) 99682-4165 (Whatsapp).
<https://www.editorapantanal.com.br>
contato@editorapantanal.com.br

Apresentação

Os processos educativos estão sob constante reflexão, principalmente agora, com a volta dos estudantes e profissionais da educação às aulas presenciais no Brasil – depois de quase dois anos de atividades educacionais remotas. É preciso dizer que sequelas desse período serão sentidas na educação brasileira, principalmente por conta das disparidades de condições de acesso dos estudantes aos recursos oferecidos nesse período. Nesse contexto, apresenta-se o décimo segundo volume da obra “Educação: dilemas contemporâneos”.

Formada por quinze capítulos, essa obra busca prosseguir com as discussões e reflexões acerca da educação nacional que, desde sempre, é composta por lacunas que precisam ser entendidas e preenchidas, para que todos indivíduos possam ter acesso a uma educação de qualidade, em todas as etapas e modalidades.

O primeiro capítulo trata dos jogos digitais como recurso pedagógico que podem contribuir para o processo de ensino e aprendizagem no ambiente escolar. O segundo capítulo abordará a questão da ludicidade na escola, mostrando como a aprendizagem significativa é relevante para os alunos e sua aprendizagem.

Há, ainda, capítulos que versarão sobre: as questões relacionadas ao ensino não presencial na durante a pandemia; as ciências naturais, na formação do professor pedagogo; a Educação do Campo e Neoliberalismo; as questões linguísticas de imigrantes; o ensino de Filosofia; as brincadeiras e cantigas na educação infantil; a formação docente e as Tics; a extensão universitária; a astronomia no ambiente escolar e hábitos midiáticos e a ressignificações de estudantes.

Os últimos capítulos dessa obra irão tratar do ensino híbrido, das relações entre saúde e educação, e, também, sobre as questões epistemológicas relacionadas à Educação Física. Como se vê, todos os textos são direcionados para questões intimamente relacionadas com o fazer pedagógico – que é algo muito complexo e essencial para o desenvolvimento dos estudantes.

Lucas Rodrigues Oliveira

Sumário

Apresentação	4
Capítulo 1	6
Jogos digitais: um recurso pedagógico que contribui para a fixação do conteúdo de função do 1º Grau	6
Capítulo 2	13
Ludicidade: um desafio ao docente contemporâneo	13
Capítulo 3	24
Ensino não presencial em tempos de Covid-19: sob a ótica dos estudantes do IFRR/ <i>Campus</i> Boa Vista Zona Oeste	24
Capítulo 4	33
Do pensar sobre “tudo” para o pensar as ciências naturais na formação em pedagogia	33
Capítulo 5	44
Educação do Campo e Neoliberalismo	44
Capítulo 6	54
Contato linguístico e suas interfaces existentes entre os imigrantes que chegam em Cuiabá	54
Capítulo 7	61
Técnica e estética no Ensino de Filosofia: experiências com objetos filosóficos no Ensino Médio Integrado do IFAL	61
Capítulo 8	75
A importância das brincadeiras antigas e das cantigas de roda na educação infantil	75
Capítulo 9	79
A formação docente no século XXI e as tecnologias da informação e comunicação (Tics)	79
Capítulo 10	83
Extensão universitária como ferramenta para o combate às verminoses	83
Capítulo 11	90
Uma mostra de Astronomia para o turno da noite	90
Capítulo 12	99
Hábitos midiáticos e ressignificações de estudantes da rede pública ⁱ	99
Capítulo 13	111
Práticas educacionais na perspectiva do ensino híbrido e remoto	111
Capítulo 14	117
Educação em Saúde: as práticas educativas aplicadas ao ensino de Ciências e Biologia no Brasil	117
Capítulo 15	132
Concepções epistemológicas da educação física e seu impacto na formação educacional	132
Índice Remissivo	147
Sobre o organizador	148

Educação do Campo e Neoliberalismo

Recebido em: 26/05/2022

Aceito em: 30/05/2022

 10.46420/9786581460402cap5

Izabela do Nascimento Bernardo¹ 

João Batista Santiago Ramos² 

INTRODUÇÃO

Atravessamos um momento histórico e de grande instabilidade em que uma pandemia atingiu o planeta e acelerou uma série de tendências que estavam em andamento. Sendo assim, essas tendências estão se expandindo, direcionando cada vez mais mudanças em vários planos, tais como, no plano econômico, político, social, cultural e educacional de diversos países. No Brasil, vem se desenvolvendo um processo de destruição ou de “desresponsabilização” da função pública do Estado, um processo que visa torná-lo um Estado mínimo, tendo por base as concepções neoliberais.

É válido ressaltar, que no nosso país, antes mesmo da pandemia se fazer presente, algumas medidas de caráter neoliberal já vinham sendo implantadas. A retirada de vários direitos sociais com as reformas previdenciária e trabalhista, que ampliou a terceirização e precarização dos contratos de trabalho aumentando o índice de informalidade e desemprego e, a aprovação da Emenda Constitucional 95, que limitou os recursos públicos para saúde e educação, demonstram alguns retrocessos impostos por medidas neoliberais recentes.

Dessa forma, encaramos uma pandemia causada por um novo vírus, chamado popularmente de Coronavírus (COVID-19), onde o número de infectados e mortos aumentava todos os dias. Bem como, sofremos, também, as consequências do sistema capitalista que a partir das ideias neoliberais, aprofunda cada vez mais as desigualdades sociais, ocasionando fome, violência, precarização do trabalho, entre outras questões, que proporcionaram o cenário ideal para o alastramento da pandemia no Brasil.

Toda essa conjuntura de crise sanitária, política, econômica, ambiental e educacional tem ajudado a dar visibilidade ao que o território do debate da educação do campo vem anunciando faz tempo, que é a falência dessa sociedade capitalista e seu projeto neoliberal que proporciona cada vez mais desigualdades, principalmente no ambiente educacional. Essas diferenças sempre existiram, o direito a uma educação democrática que proporcione o acesso um ensino de qualidade para todos e que respeite os saberes tradicionais, sempre foi um problema no Brasil, porém mais tencionado ainda em territórios do campo brasileiro, estando mais visível agora por conta da pandemia que nos atinge.

¹ Mestranda em Estudos Antrópicos na Amazônia pela Universidade Federal do Pará Bolsista FAPESPA 1.

² Doutor em Filosofia pela Universidade do Porto – Portugal e professor na Universidade Federal do Pará 2.

* Autor correspondente: bernardoiza17@gmail.com

Almeida e Damasceno (2015), afirmam que as práticas econômicas interferem de forma negativa no setor educacional, pois elas têm o mercado como o centro de suas decisões. Nesse contexto formado pela pandemia podemos visualizar a influência dessas práticas econômicas nas respostas rápidas e “emergenciais” para o problema da suspensão das aulas, que foram propostas por muitas secretarias municipais e estaduais de ensino, que foi o Ensino Remoto por meio inserção plataformas interativas de ensino, que possuem vínculo direto com grandes corporações, e que geralmente excluem as pessoas que não têm acesso (em seu sentido amplo) agravando mais as desigualdades.

Nesse ínterim, o objetivo desse artigo consiste em tecer considerações acerca de influências do neoliberalismo na educação brasileira, mais especificamente sobre os riscos do modelo educacional de Ensino Remoto utilizado no contexto da pandemia do coronavírus para a Educação do Campo, que agrava as desigualdades educacionais.

NEOLIBERALISMO – ORIGEM DO DEBATE

Para compreender a dimensão das ideias e das contradições das políticas educacionais de caráter neoliberal, e seus impactos na educação do campo, se faz necessário entender, inicialmente, um pouco do processo histórico ao qual está inserido o neoliberalismo, bem como conhecer as principais características que compõem este sistema.

De acordo com Ramos (2012) a política neoliberal vem se expandindo mundialmente cada vez mais com o fenômeno da globalização e assim, “deixa suas marcas de contradição por onde se faz presente, atingindo dimensões mais complexas que se convertem em situações de injustiça de toda a ordem”.

Dessarte, o neoliberalismo se configura como um modelo político-econômico que critica o papel do estado enquanto responsável pela manutenção do bem estar social. Logo, ele propõe a privatização de diversos setores sociais, assim como a diminuição de variados direitos da população. De maneira mais geral, podemos considerar, inclusive, que os indivíduos deixam de ser um elemento social sob a proteção do Estado e passam a ser responsáveis por suas capacidades e responsabilidades individuais.

Ademais, Pablo Gentili (1995) afirma que o neoliberalismo não se configura somente como um sistema econômico, mas também se estabelece como um complexo processo de construção hegemônica, dotado de estratégias de poder que se implementam por meio de um conjunto razoavelmente regular de reformas no plano econômico, político, jurídico, educacional.

Segundo Perry Anderson (1996), as concepções neoliberais surgiram logo depois da II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte onde imperava o capitalismo. Podemos considerar que o “movimento” neoliberal teve dois principais influenciadores, o austríaco Friedric August van Hayek e o norte americano Milton Friedman. Estes autores publicaram alguns livros que foram muito importantes, pois iniciaram e serviram de base para o pensamento neoliberal, os quais são: “O Caminho

da Servidão” de Hayek, e “Capitalismo e Liberdade” e “Liberdade de Escolher” de Friedmam. Conforme o que Cosmo e Fernandes (2009) enfatizam:

Os primeiros neoliberais argumentavam que o igualitarismo promovido pelo Estado do Bem-Estar Social destruía a liberdade individual e a livre concorrência – o que conduzia, inevitavelmente, ao “Caminho da Servidão” – e que a existência da desigualdade era imprescindível para as nações capitalistas ocidentais.

Porém, o neoliberalismo ascendeu somente na década de 70 quando teve início a Crise do Petróleo. Esta crise colocou o mundo em uma recessão econômica muito duradoura, proporcionando condições ideais para a implementação do modelo neoliberal. Silva et al. (1996) afirmam que “o neoliberalismo enfatiza mais os direitos do consumidor do que as liberdades públicas e democráticas” e por isso contesta a participação do Estado no que diz respeito ao amparo aos direitos sociais.

De acordo com os defensores do neoliberalismo, as causas das crises foram os movimentos operários e suas reivindicações por melhores salários e condições melhores para o bem estar social. Segundo eles, os operários pressionavam o Estado para que gastasse mais com o bem estar social e assim destruía as margens necessárias de lucros das empresas. Nesta perspectiva, Basso e Neto (2014) destacam que a proposta a partir dessa visão, era a redução dos gastos com a saúde, educação e com os fundos de pensão, por exemplo, e como consequência se permitia a redução dos impostos de empresas, mantendo assim, uma “saudável desigualdade social” (Basso; Neto, 2014).

Sendo assim, as principais características do neoliberalismo são: mínima intervenção do Estado; políticas de privatização de empresas estatais; desregulamentação do mercado financeiro; transferência do serviço público para o setor privado; redução dos encargos e direitos como um todo; abertura da economia; defesa dos princípios econômicos do capitalismo e também ênfase na globalização.

Segundo o que Schenkel (1993) enfatiza, o modelo neoliberal, na verdade, aparece reconstruindo a utopia liberal que tem por base as relações de mercado e de produção por meio de “uma revolução passiva que apenas procura adequar a sociedade ao mercado e limita a promoção das transformações mais avançadas e democráticas das sociedades contemporâneas”. Nessa perspectiva, Ramos (2012) aponta também que o neoliberalismo acarreta em “direitos diminuídos, destruídos, arrancados à força de leis e orçamentos brutais de fundo econômico, lugar de ausência do Estado, ou único lugar onde o Estado pode estar hoje – lugar nenhum ou na utopia liberal de políticas economicamente neoliberais justas, a Utopia”

Dessa forma, fica evidente que o Estado neoliberal não tem políticas públicas como prioridade. No Brasil, as medidas neoliberais começaram a ser aplicadas mais efetivamente a partir da eleição de Fernando Collor de Mello em 1989, que governou o Brasil de 1990 a 1992 quando seu governo foi interrompido por meio de um impeachment. Por conseguinte, as medidas neoliberais, como a abertura comercial e as privatizações, também se fizeram presente na presidência de Itamar Franco, que assumiu

o governo por conta do impeachment de Collor, e sucederam, com os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2003).

Assim como em toda experiência neoliberal, no Brasil com a implantação dessas políticas, vários direitos sociais, como por exemplo os dos trabalhadores, passaram a ser considerados privilégios, as empresas estatais foram rotuladas como improdutivas e ineficientes, bem como os serviços públicos como saúde e educação, justificando, dessa maneira, todas as políticas de privatização e terceirização que foram implantadas, pois na visão neoliberal os serviços tornam-se mais eficientes e mais produtivos a partir dessas medidas, e, portanto, menos onerosos.

EDUCAÇÃO DO CAMPO E NEOLIBERALISMO

Ante o exposto, podemos concluir que com a crise deflagrada a partir dos anos 70 do século passado, há um avanço muito grande de políticas neoliberais, e elas não são sentidas da mesma forma em todas as partes do mundo, evidentemente países periféricos como o Brasil ficam mais suscetíveis a essas políticas.

É importante destacar que as medidas neoliberais acarretam em um processo de muitas tensões sobre os povos do campo e seus territórios e em uma grande regressão na esfera social/pública, pois as políticas sociais se subordinam aos interesses do capital. Hoje estamos em uma situação mais aguda desta condição, podemos até chamar de devastação neoliberal, mas sabemos que dos anos 70 até o momento, foi sendo adequado essa predominância da mercantilização e isso foi invadindo os diversos aspectos da vida camponesa, inclusive a educação.

Em relação a isso, o artigo 205 da Constituição Federal de 1988 dispõem que a educação se configura como um direito de todos e dever do Estado, ou seja, é incumbência do poder público a oferta dos serviços educacionais e é um direito constitucional de todo e qualquer indivíduo, dessa forma, independente do espaço que esse indivíduo se localiza ele tem direito de receber uma educação, e que esta seja de qualidade e lhe atenda em um sentido amplo.

Mas, mesmo sendo garantida pela nossa Constituição Federal de 1988, a educação ainda se estabelece como um direito negado a grande parcela da sociedade, como por exemplo, a população camponesa, e este cenário se agrava ainda mais com a adoção das medidas neoliberais no ambiente educacional do campo.

Como a lógica neoliberal opera na perspectiva do lucro acima de tudo, as instituições de ensino passam, então, a ser orientadas por uma lógica mercantil e se deslocam do plano social, de responsabilidade do Estado, para o plano político-econômico, por meio, de privatizações ou terceirizações de sistemas públicos de ensino, assim como, por meio, parcerias com empresas de iniciativas privadas, para a gestão da educação. Nessa perspectiva, Freitas (1995) afirma que a educação passa a ser um negócio, e o direito à educação se configura como um serviço definido pelo mercado.

Gentili (1996) ressalta ainda que o modelo neoliberal ataca as escolas públicas e do campo, por meio de variadas estratégias privatizantes e com a aplicação de políticas de descentralização e de reforma cultural que se configuram como autoritárias e que visam apagar do horizonte ideológico de nossas sociedades, as perspectivas de uma educação democrática, pública e de qualidade para as massas. “Uma política de reforma cultural que, em suma, pretende negar e dissolver a existência do direito à educação” (Gentili, 1996).

Almeida e Damasceno (2015), afirmam que as práticas econômicas interferem de forma negativa no setor educacional, pois elas têm o mercado como o centro de suas decisões. Sendo assim, a educação a partir dos moldes neoliberais visa formar pessoas aptas a entrarem no competitivo mundo capitalista, deixando de lado a formação de cidadãos que possam atuar de maneira mais efetiva e crítica no desenvolvimento de uma sociedade melhor. Logo, o dinheiro público vai sendo investido fora da educação pública, sendo utilizado então para alimentar o desenvolvimento de um mercado, com o ideal de que se você insere a educação no mercado ela melhora.

Nessa perspectiva Souza e Aurélio (2018) destacam que educação pública é atacada, tanto na cidade quanto no campo “e sua falta de qualidade é, segundo a vertente neoliberal, decorrente por ser administrada pelo Estado. Ou seja, por ser pública, ela carece de eficácia, eficiência e produtividade”.

Dessa forma, o modelo educacional neoliberal, como podemos observar nos últimos anos, tem ganhado espaço com a criação de ONG's (organizações não governamentais) e por meio de empresas privadas, que passam a atuar como “parceiras” da educação com a oferta de produtos e serviços terceirizados com a justificativa de “alavancar” as instituições de ensino. Posteriormente, essas medidas vão avançando, por meio, dos processos de privatização mais intensivos.

A respeito das privatizações Freitas (2012) destaca que:

o processo de privatização avança com a concessão de escolas públicas para serem administradas pela iniciativa privada (equivalentes no Brasil às organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – Oscip) e pela distribuição de vouchers (equivalentes ao Pronatec no Brasil).

É válido ressaltar que a privatização muda as características da escola, que deixa de ser uma instituição da e ligada a comunidade, para ser uma escola “filial”, filial de uma corporação que a administra e a mantém naquela comunidade enquanto der lucro, pois se não der fecha-se e remaneja os alunos para outra onde haja lucro. Como podemos observar na educação do campo, onde escolas são fechadas e estudantes são remanejados, com a desculpa de que há poucos alunos em certas comunidades, este processo é conhecido como nucleação e demonstra o enfraquecimento das políticas estruturantes e dos direitos sociais por parte do Estado e por meio de medidas de caráter neoliberal. Ou seja, essa lógica meritocrática e mercantil vai tomando conta das decisões de políticas educacionais em diversos âmbitos.

Assim, podemos visualizar que no contexto da educação do campo há muitos desdobramentos das políticas de caráter neoliberal e que elas acarretam em diversos problemas para a população do campo que não tem seu direito à educação assegurado pelo Estado brasileiro, ocasionando o aumento das

desigualdades sociais e de evasão escolar que empurra esses sujeitos ainda mais para margem da sociedade.

De acordo com Souza e Aurélio (2018) as escolas do campo são as que mais padecem com esse modelo, pois são as que necessitam de maiores investimentos, e sofrem por serem, geralmente, precarizadas no que se refere a infraestrutura das escolas, equipamentos, materiais, recursos didáticos e salários dos professores e falta de funcionários e de verba. Além de serem consideradas apenas como apêndices da escola urbana, e também um modelo alheio aos sujeitos do campo, que ali residem.

Fernandes e Tarlau (2017) destacam que o paradigma da educação do campo é contrário à visão empresarial neoliberal e defende a indissociabilidade entre sujeito e território. O Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, que dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA, define a escola do campo como aquela situada em área rural ou aquela situada em área urbana que atende, predominantemente, populações do campo.

Diante disso, é notório que são os sujeitos que determinam a identidade desse tipo de instituição escolar. Sendo assim, é por isso que devem ser respeitados os valores, as diversidades e a identidade desses sujeitos, envolvendo essas particularidades no processo de ensino-aprendizagem das escolas do campo.

Contrária a lógica neoliberal, a escola precisa estar no campo e ser do campo. Mesmo quando não há possibilidade de a escola continuar no campo, e seja necessário “nuclearizar” pequenas escolas, o critério para defini-la como do campo precisa ser seus sujeitos, suas necessidades, valores e modos de vida; ou seja, a origem de seus sujeitos e não apenas o espaço geográfico, no qual a escola está situada. Se os seus sujeitos vêm do campo, a escola precisa considerar isso na elaboração de sua proposta pedagógica e estar voltada ao atendimento de suas necessidades.

Sendo assim, podemos destacar que os principais impactos das medidas neoliberais na educação do campo são: financeirização/mercantilização da educação, precarização acelerada do trabalho docente, esvaziamento do currículo, corte de recursos públicos para a educação, terceirizações, privatizações, nomeação de representação de entes privados para os espaços de gestão da política pública, educação a distância, desigualdades sociais, evasão escolar, nucleação de escolas, entre outros.

Este processo não se limita ao ambiente educacional, mas se estende a outros ambientes também, onde há essa destruição e precarização que o neoliberalismo precisa induzir para conseguir garantir as chances de lucro.

O DESAFIO DO ENSINO REMOTO NAS ESCOLAS DO CAMPO

Com a impossibilidade das aulas presenciais por conta da pandemia do coronavírus, houve em um primeiro momento um esforço para um ensino remoto, que não se configura, necessariamente, como Educação a Distância, pois na verdade se trata de um “improviso geral” que está sendo feito nas redes para tentar chegar de alguma maneira aos estudantes. É muito difícil dizer que não precisamos disso. Esse

momento de pandemia criou uma excepcionalidade, pois não se pode levar os estudantes até as escolas, mas há sim, a necessidade de se manter algum contato com eles.

Nessa perspectiva, Brito e Lima (2020) também destacam que a adoção de práticas e atividades remotas educacionais são uma condição excepcional, mas enfatizam, também, que posteriori ao controle total da pandemia, é condição *sine qua non* o retorno das aulas totalmente presenciais onde eram assim anteriormente. Diante disso, as práticas e atividades remotas de ensino foram emergenciais, portanto, inaceitáveis como permanentes após a resolução desta crise sanitária que estamos vivenciando.

Neste momento de isolamento social, por conta da pandemia do novo coronavírus, as tecnologias digitais se configuraram como um importante instrumento de acompanhamento psicopedagógico e de determinadas atividades educacionais. A utilização dessas tecnologias teve como objetivo, não somente a manutenção do vínculo dos estudantes com as instituições de ensino, com seus conteúdos e professores, mas também verificar como esse aluno está verdadeiramente, conversar com ele, saber seus problemas, ou seja, ter o mínimo de solidariedade neste momento de crise.

No Brasil houve um número exorbitante de mortes por conta do coronavírus, dessa forma, muitas famílias foram atingidas tanto psicologicamente como economicamente o que traz impactos direto no rendimento escolar dos estudantes. Apesar das tecnologias digitais importantes aliadas para o contato remoto com os alunos, é importante destacar que este deve ser realizado dentro das possibilidades de acesso dos nossos discentes. E quando falamos em acesso, nos referimos a uma composição bem ampla, que contempla: o acesso aos suportes tecnológicos, como computadores, celulares e smartphones, o acesso à internet e até mesmo o acesso a um ambiente adequado para o estudo.

Em relação ao acesso à internet, por exemplo, Brito e Lima (2020) em seus estudos identificaram que “parte significativa dos alunos do Brasil afirmaram o quão difícil foi ter meses de ensino remoto por não possuírem acesso à internet”. A partir disso, podemos observar que assim como a Educação a Distância, o Ensino Remoto que se tentou promover por conta do isolamento social da pandemia do corona vírus, aprofundou, também, as desigualdades educacionais, quando houve exclusão de muitos alunos que não têm o acesso aos recursos já mencionados.

Dessa forma, a conjuntura de crise sanitária, política, econômica, ambiental e educacional tem ajudado a dar visibilidade ao que o território do debate da educação do campo vem anunciando faz tempo, que é a falência dessa sociedade capitalista e seu projeto neoliberal que proporciona cada vez mais desigualdades, principalmente no ambiente educacional.

As diferenças sociais sempre existiram, o direito a uma educação democrática que proporcione o acesso um ensino de qualidade para todos e que respeite os saberes tradicionais, sempre foi um problema no Brasil, porém mais tencionado ainda em territórios rurais, estando mais visível agora por conta da pandemia que nos atinge e por meio da implantação do ensino remoto emergencial.

Portanto, novamente, faz-se necessário enfatizar, que deve ser questionado não é a utilização das tecnologias digitais, mas sim os modelos de Educação a Distância e de Ensino Remoto que se estabeleceu

neste contexto pandêmico, que acabou por excluir os alunos que não possuíam acesso no sentido amplo. Além disso, ambos têm por base o modelo de escola tradicional, modelo que já foi superado e não se mostra mais interessante por estar ultrapassado no ponto de vista do processo de construção do conhecimento.

Sabemos que recursos tecnológicos são importantes, principalmente, porque podem atuar de maneira complementar em certas atividades educacionais. Eles tornam a aprendizagem mais dinâmica e abrem os horizontes do ensino, mas, no entanto, não podemos esquecer que são apenas suportes e auxílios, logo não substituem a educação presencial, muito menos professores.

CONCLUSÃO

Muitas são as articulações entre o ideário neoliberal e a educação. Para efeito dos objetivos desse artigo nos debruçamos a discorrer acerca das influências do neoliberalismo na educação do campo, mais especificamente sobre o perigo do modelo de Educação a Distância, imposto pelo ensino remoto para a formação dos alunos e como substituto das atividades presenciais e, portanto, dos professores.

Com as postulações iniciais, observamos o ideário neoliberal, que tem por base o lucro acima de tudo, vem influenciando as políticas educacionais de forma significativa e negativa, pois escolas passam a ser orientadas por uma lógica mercantil e se deslocam do plano social para o plano político-econômico, por meio, de privatizações ou terceirizações de sistemas públicos de ensino.

Ademais, as reflexões teóricas que foram desenvolvidas, evidenciam também a implantação da Educação a Distância, que implica na precarização e desmoralização do magistério, ao redefinir o papel dos professores, que passam a ser apenas tutores, muito interessante para o mercado por ser mais barato. Outra consequência da utilização desse modelo educacional também, é a precarização da formação humana, educacional e profissional dos alunos, que passam ser meros receptores de conteúdos e informações, ou seja, tornam-se agentes passivos no processo de ensino e aprendizagem.

É de suma importância salientar que foi questionado não a utilização das tecnologias digitais, mas sim os modelos de Educação a Distância e de Ensino Remoto que vêm se estabelecendo, atualmente. Sabemos que recursos tecnológicos podem atuar de maneira complementar em certas atividades educacionais, pois tornam a aprendizagem mais dinâmica e abrem os horizontes do ensino, mas, no entanto, não podemos esquecer que são apenas suportes e auxílios. E com o isolamento social, os recursos tecnológicos atuaram também de maneira excepcional como ferramentas que possibilitam o acompanhamento psicopedagógico e de atividades educacionais que objetivam estabelecer um contato dos alunos com as instituições e com os professores.

Portanto, é de fundamental importância, a defesa da educação do campo pública, presencial, gratuita e de qualidade no desenvolvimento das políticas educacionais. Conclui-se, então, que lógica de mercado, que tem por base o lucro acima de tudo, não pode ser a lógica do Sistema Educacional, nem

de qualquer outro serviço público, visto que, esse caminho está fadado ao fracasso, assim como o sistema capitalista, não sendo a solução, mas sim um problema a ser superado.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas - FAPESPA por meio do Programa de Pós-graduação em Estudos Antrópicos da Amazônia – PPGEAA/UFPA.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida, A. A. L., & Damasceno M.F. (2015). O neoliberalismo e a educação brasileira: a qualidade total em questão. *Revista Educação*, 10(2), 40-46.
- Anderson, P. (1996). Balanço do Neoliberalismo. In: Gentili, P., & Sader, E. (Orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Basso J. D., & Neto, L. B. (2014). As influências do neoliberalismo na educação brasileira: algumas considerações. *Itinerarius Reflecciónis*, 10, 45-61.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, Distrito Federal: Senado Federal.
- Brito, D. A., & Lima, L. F. C. (2020). *Protocolo de segurança contra a covid-19 para as escolas e universidades*. Porto Alegre: Plus/Simplíssimo.
- Cosmo, C. C., & Fernandes, S. A. S. (2009). *Neoliberalismo e educação: lógicas e contradições*. (8 ed.) Campinas: Unicamp.
- Freitas, L. C. (1995). *Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática*: (11 ed.). Campinas: Papyrus.
- Freitas, L. C. (2012). Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. *Educação & Sociedade*, 33, 370-404.
- Friedman, M. (2014). *Capitalismo e liberdade*: (1 ed.) São Paulo: LTC.
- Gentili, P. (Org.) (1995). *Pedagogia da exclusão: Crítica ao neoliberalismo em educação*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Gentili, P. (Org.) (1996). *Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação*: (2. ed.). Petrópolis: Vozes,
- Hayek, F. A. (2010). *O caminho da servidão*: (7 ed.). São Paulo: LVM.
- Lima, F. R. S. (2020) et al. *Covid-19 e os impactos no direito: mercado, estado, trabalho, família, contratos e cidadania*: (1 ed.). São Paulo: Almedina Brasil.
- Ramos, J. B. S. (2012). *Por uma Utopia do Humano. Olhares a partir da libertação de Enrique Dussel*. Porto: Edições Afrontamento.

- Saviani, D. (2003). *Escola e democracia*. Campinas: Autores Associados Cortez.
- Silva, S. A. (2011). *Educação à distância e universidade aberta do Brasil: quando a mercantilização do ensino e a precarização da docência alcançam um novo ápice?*. Tese (Doutorado em Educação Brasileira) – Universidade Federal do Ceará, Ceará.
- Silva, F. L., Romão, J. E., Tragtenberg, M. & Marrach, A. S. (1996). *Conciliação, neoliberalismo e educação*. São Paulo: Annablume.
- Schenkel, C. A. (1993). Registro bibliográfico: Habermas e o neoliberalismo: o debate da modernização. *Estudos, Sociedade e Agricultura*, 1, 69-75.
- Fernandes, B. M. & Tarlau, R. (2017). Razões para Mudar o Mundo: a educação do campo e a contribuição do prona. *Educação e Sociedade*, 38, 545-567.
- Souza, A. L. & Aurélio, V. G. (2018). Educação do Campo e Neoliberalismo: uma breve trajetória da educação no mst. *Revista Alamedas*, 6, 171-184.

Índice Remissivo

- B**
- BNCC, 34, 35, 36, 38
Brincar, 15
- C**
- Contato linguístico, 55
Covid-19, 25, 27, 28, 32
CT&i, 35
Cuiabá, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61
currículo, 35, 36, 37, 38
- D**
- Desafios, 59
- E**
- Educação, 14
Educação em Ciências, 120, 121, 123, 124, 125, 126, 130
Educação Física, 134, 138, 139, 140, 141, 142, 144, 146, 147, 148
Educação Infantil, 77
Ensino de Filosofia, 62, 74, 75
Escola, 81
Extensão universitária, 85, 86
- J**
- Jogos, 6
- L**
- Ludicidade, 14
- M**
- Migração, 56, 57, 60
modelos epistemológicos, 136, 138, 140, 146
modelos pedagógicos, 141, 143
Modelos Pedagógicos, 143
- N**
- Neoliberalismo, 48
- P**
- Pandemia, 26
Parasitoses, 87
Pesquisa em Educação, 120, 121, 125
produção de conhecimento, 138, 143
Professor, 14
- T**
- Tecnologias, 25, 28
TICs, 81, 82, 83

Sobre o organizador

  **LUCAS RODRIGUES OLIVEIRA**



Mestre em Educação pela UEMS, Especialista em Literatura Brasileira. Graduado em Letras - Habilitação Português/Inglês pela UEMS. Atuou nos projetos de pesquisa: Imagens indígenas pelo “outro” na música brasileira, Ficção e História em Avante, soldados: para trás, e ENEM, Livro Didático e Legislação Educacional: A Questão da Literatura. Diretor das Escolas Municipais do Campo (2017-2018). Coordenador pedagógico do Projeto Música e Arte (2019). Atualmente é professor de Língua Portuguesa no município de Chapadão do Sul.

Contato: lucasrodrigues_oliveira@hotmail.com.



Pantanal Editora

Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000

Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil

Telefone (66) 99682-4165 (Whatsapp)

<https://www.editorapantanal.com.br>

contato@editorapantanal.com.br

